

TURISMO, ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE: A REALIDADE DO LITORAL DO NORDESTE BRASILEIRO E DA ILHA DO SAL, EM CABO VERDE

Magda Adelaide Lombardo (Universidade Estadual Paulista)

lombardo@rc.unesp.br

Ana Monteiro (Universidade do Porto)

anamt@letras.up.pt

Resumo

A realidade do Nordeste Brasileiro e da Ilha do Sal, em Cabo Verde vem conquistando turistas provenientes de países desenvolvidos das latitudes medias em virtude da atração pela homotermia, luminosidade, águas oceânicas aquecidas, e diversidade paisagística.

O aumento da procura turística no litoral do Nordeste Brasileiro e na Ilha do Sal, em Cabo Verde, aumentou exponencialmente nos últimos anos, deixando marcas indeléveis na paisagem, refletindo na incompatibilidade do desenvolvimento turístico com a melhoria da qualidade de vida da população local.

A fraca percepção local da valorização atribuída pelos turistas ao recurso natural e paisagístico não está contribuindo para alavancar uma nova atitude no ordenamento territorial.

O turismo de sol e mar deve ser associado ao desenvolvimento sustentável permitindo salvaguardar o rico património paisagístico e cultural com a possível manutenção das características regionais, desde as manifestações culturais à construção das habitações e a própria paisagem.

Valores arqueológicos, património construído, valores naturais, paisagem humanizada, riqueza gastronómica, artesanato de qualidade, infra estruturas e equipamentos com qualidade, bons espaços de lazer, receptividade da população local são condições essenciais ao desenvolvimento cultural e económico da região.

Introdução

A avaliação do desenvolvimento ambiental e a relação entre turismo e conservação ambiental e património cultural é uma das metas para a organização territorial. A demanda do turismo transforma os espaços naturais e

sociais em fontes de contemplação, aventura e emoção, contribuindo para eliminar o stress, repondo as energias.

No contexto da globalização, o turismo vem alterando a lógica territorial da região, implicando no mercado do território, atraindo investimento privado e cria uma nova imagem do espaço, produzindo a paisagem da sedução.

O turismo de sol e mar que se desenvolve no litoral do Nordeste Brasileiro e na Ilha do Sal está baseado nos atributos climáticos e estado de tempo que atraem a maioria dos turistas provenientes de países desenvolvidos das latitudes medias onde a duração do dia e da noite, a amplitude térmica diurna e noturna, a precipitação, a umidade relativa, a nebulosidade e o vento dificultam as atividades de lazer e recreação ao ar livre.

A atracão do turista pelas paisagens tropicais tem aumentado nas ultimas décadas conduzindo a um crescimento da impermeabilização dos solos e um incremento da volumetria do espaço edificado, com o incentivo à especulação imobiliária, impactando a paisagem e fragmentando o espaço de uso exclusivo dos turistas e afastando a população local para áreas degradadas e poluídas.

A fraca valorização dos recursos naturais e da beleza cénica dificultam a mudança de atitude da população local e das políticas públicas face a especulação trazida pelas atividades turísticas. A paisagem reflete os impactos negativos gerados pela dissociação entre a localização geográfica dos recursos naturais e os agentes que detem a posse dos mesmos.

A utilização de um território que não nos pertence, ou que percebemos como não sendo de ninguém, desencadeia, individual ou coletivamente, relacionamentos diversos e frequentemente mais predadores do que os que temos com aquele que entendemos como nosso. Nesse sentido o turismo é instituído de uma indústria e um conceito, e arrasta consigo um cortejo de atitudes ligadas a comunidade local e com o suporte biogeofísico onde ocorre. No litoral do Nordeste Brasileiro e na Ilha do Sal, em Cabo Verde, a opção tem sido pelo turismo Sol e Mar.

O Turismo no Litoral Nordestino Brasileiro

O Brasil possui paisagens e ecossistemas com diferentes regimes de precipitação e temperatura. No interior do Nordeste, a estação chuvosa, com

baixos índices pluviométricos, concentra-se em poucos meses, definindo-se assim um clima semi-árido. Com relação as temperaturas, a região Nordeste apresenta temperaturas elevadas, com pouco variabilidade anual e uma grande homogeneidade sazonal e espacial. Quanto ao regime de chuvas, há uma variabilidade climática, verificando-se no interior o clima semi-árido, com precipitação acumulada inferior a 500mm/ano.

O clima chuvoso é encontrado na costa leste da Região, com precipitação acumulada anual superior a 1500mm. A parte norte da região recebe entre 1000 a 1200 mm/ano. O máximo de precipitação no norte do nordeste ocorre entre Março a Maio e deve-se ao deslocamento anual da zona de convergência intertropical (ZCIT) para latitudes mais ao sul, no Hemisfério Norte. No sul e sudeste as chuvas ocorrem mais precisamente durante os períodos de Dezembro a Fevereiro e está associada a penetração de frentes frias vindas do sul, que penetram em regiões de baixas latitudes, no verão. Nas demais regiões costeiras, o máximo de precipitação ocorre de Maio a Julho e a estação seca ocorre de Setembro a Dezembro.

A Região Nordeste possui recursos naturais ligados ao suporte biogeofísico e o Estado do Ceará é um exemplo, com paisagens cénicas diferenciadas, que prioriza o turismo como uma das principais atividades económicas.

Fortaleza, capital do Estado do Ceará, é a quinta maior metrópole do Brasil, com quase três milhões de habitantes. No contexto das metrópoles brasileiras, Fortaleza tem a segunda maior proporção de população pobre (40% da população). No entanto, os bairros turísticos apresentam excelente infra-estrutura, contando com uma boa rede hoteleira, modernos edifícios de escritório, shoppings centers modernos, bons bairros residenciais, segurança pública e espaços urbanos bem cuidados.

O Estado do Ceará possui 573km da costa com potencial turístico, sendo que destes, apenas 115km da costa, correspondente a direção oeste de Fortaleza, é gerida pelo Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETUR) objetivando assegurar o turismo sustentável em seis municípios: Cancara, São Gonçal do Amarante, Parecuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca.

A PRODETUR – CE identificou três áreas específicas de desenvolvimento turístico:

*Lagoa Cauípe – paisagem típica de dunas, onde o mar se inter conecta com o rio

*Rio Curu – onde a paisagem é de dunas, praias desertas, com manguezais, coqueiros, um ambiente natural ainda preservado

*Rio Mundaú – com paisagem de dunas, rios com extraordinária beleza e extensos areais de areia branca e vegetação luxuriante, com coqueirais e manguezais.

A PRODETUR – CE tem como objetivo priorizar o desenvolvimento local, considerando a escala humana, envolvendo um desenvolvimento que não é apenas medido em crescimento económico, mas como uma redução da dependência económica e num incremento da confiança da capacidade de trabalho da comunidade local.

As pequenas comunidades costeiras começaram a tomar consciência de sua capacidade para encontrar novas soluções, ajudando uns aos outros a vencer pequenos problemas de forma a desenvolver o potencial local.

O Turismo na Ilha do Sal, Cabo Verde

A Ilha do Sal é uma das ilhas mais pequenas e mais aplanadas do arquipélago de Cabo Verde. Tem a menor pluviosidade total anual média do arquipélago (60mm) e apenas 220 hectares de terra arável. Até aos anos 80 a actividade económica mais expressiva no Sal foi a exploração das suas salinas.

Á exiguidade no que toca quer ao solo com aptidão de uso agrícola e florestal, quer no que respeita à ocorrência de precipitação e quer quanto à disponibilidade de recursos hídricos de água doce acrescentaram-se a morfologia e o sítio e posição geográfica do Sal para explicar que fosse praticamente desabitadas até há cerca de 60 anos quando foi construído o aeroporto internacional de Cabo Verde - Aeroporto Amílcar Cabral (1939). Este surgiu, por iniciativa italiana, da necessidade de existência de um ponto de escala para as rotas aéreas de ligação com a América do Sul e não como resposta a qualquer necessidade interna.

Esta infra-estrutura aeroportuária foi aliás, responsável pela construção da primeira rede hoteleira (Morambeza) cuja função principal era alojar o pessoal de bordo das diversas companhias aéreas.

Após a independência do país e com a acesa conflitualidade política existente em África, a posição geoestratégica do Sal emergiu com grande visibilidade já que passou também a servir de ponto de paragem e abastecimento dos contendores de leste e de ocidente que apoiaram as partes envolvidas na disputa de territórios no continente africano.

Esta vocação de plataforma giratória para a rotação de viajantes e de militares de outras latitudes propiciou o reconhecimento generalizado das excelentes características climáticas da ilha do Sal para a fruição de lazer e recreio ao ar livre.

A temperatura média do ar entre 20°C e 25°C, uma água do mar com temperatura média entre os 21°C e os 25°C combinada com um escasso número de dias com precipitação num território com uma excelente infraestrutura aeroportuária motivou o rápido desabrochar dos diversos complexos turísticos que hoje existem e fez do Sal a principal porta de entrada de turistas em Cabo Verde.

Entre 2000 e 2005 a entrada de turistas em Cabo Verde triplicou e passou a representar cerca de 50% da população residente (Fig.1). O Sal é o destino preferido pelos cerca de 250 000 turistas que visitam o arquipélago anualmente.

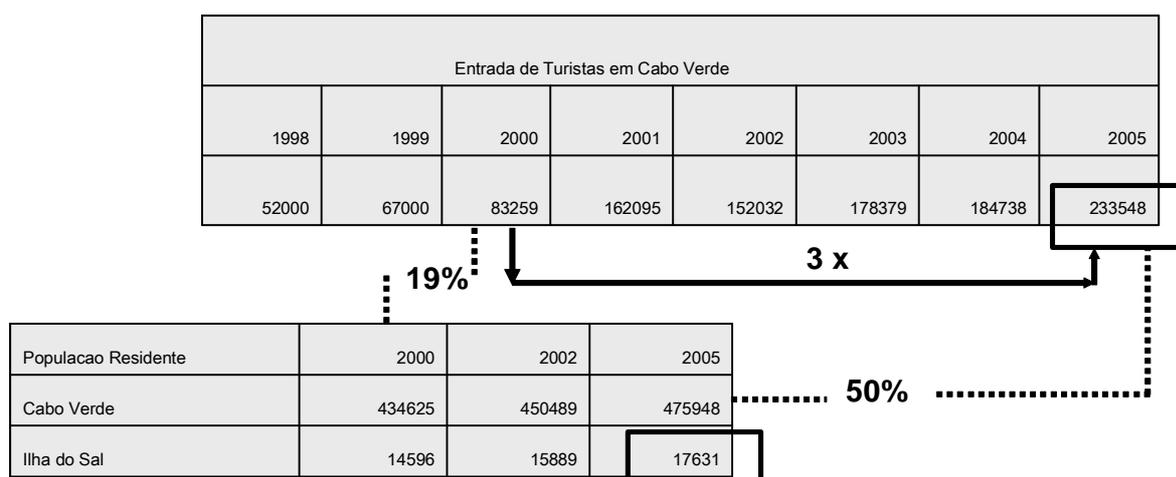


Fig. 1 – Entrada de turistas e população residente em Cabo Verde (INE, 2006).

A partir da década de 80, momento em que as salinas perderam importância, o turismo e o aeroporto passaram a ser os dois motivos de atracção de um vasto cortejo de residentes nas outras ilhas do arquipélago e um imenso conjunto de estrangeiros para o Sal.

O rápido crescimento populacional das últimas três décadas, concentrado sobretudo em Santa Maria (infra-estruturas turísticas) e em Espargos (infra-estrutura aeroportuária), desencadeou um aumento substantivo do emprego na construção civil e nos serviços de apoio ao turismo, gerando profundos impactes negativos e desequilíbrios sócio-económicos num território biogeofisicamente fragilizado.

No contexto climático Cabo Verde inscrevem-se no tipo árido e semi-árido com fracas amplitudes térmicas diurnas e anuais e com pluviosidade fraca e irregular.

A estação mais seca, de Dezembro a Julho, é caracterizada por ventos constantes e a estação húmida, de Agosto a Outubro, pode, como acontece no Sal, não registar qualquer hidrometeoro durante vários anos seguidos.

Os registos diários de temperatura, precipitação, humidade relativa e vento no Sal revelam a homotermia e secura temperada pelos alísios que configura o quadro de conforto para qualquer ser humano viver ao ar livre sem carecer de protecção especial (ex: roupa, habitação, etc.).

Estas condições termo-higrométricas e de luminosidade contínuas ao longo do ano associadas a temperatura da água do mar sempre muito idêntica a do ar ambiente são ideias para a prática de actividades ao ar livre, garantindo o turismo de sol e mar.

Não tem havido, como também é hábito que aconteça neste tipo de conceito de turismo, uma internalização dos custos ambientais gerados pela actividade económica.

A opção, por exemplo, ao nível do desenho urbano, patenteia precisamente o alheamento desta actividade económica relativamente às características do ecossistema em que se desenvolve (Fig. 2).

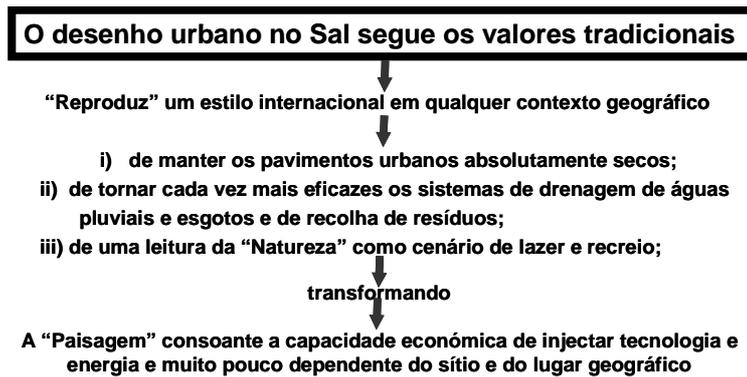


Fig. 2 – O *estilo internacional* do desenho urbano em detrimento das características locais.

O ordenamento territorial é fragmentado com a presença de mosaicos de conjunto de *resorts*, que copiam o estilo internacional, dificultando a identificação do visitante com o residente e com o ecossistema.

A oferta de sol e mar surge associada a uma rotina quotidiana que reproduz o *modus vivendi* do país de proveniência do visitante e raramente com o do local.

A ocupação do território é feita numa sequência de lotes perpendiculares ao mar que drena os turistas rapidamente para o mar. Toda a restante oferta complementar que apoia a estadia desenrola-se num espaço-ilha dentro do empreendimento turístico e procura oferecer condições semelhantes ou até melhores do que as que o turista tem no seu país de origem.

Neste quadro, por exemplo, a *secura*, apreciada no ar ambiente, não se reflecte na quantidade nem na qualidade da água disponibilizada para o uso doméstico, nem tampouco na dieta oferecida ao visitante. Em suma, o ciclo hidrológico e o *sistema climático* de que se alimenta não são percebidos pelo turista e, naturalmente, não são valorizados.

Esta opção de serviço gera, num ecossistema frágil como é o do Sal, impactos negativos de grande magnitude e, na maioria dos casos, irreversíveis.

Não existe praticamente *miscigenação* com a componente natural, social e económica exterior ao empreendimento. O espaço exterior é assertivamente ocultado ao visitante que também não é motivado a reconhecê-lo e a valorizá-lo.

A Sustentabilidade dos Atributos Turísticos Sol e Mar – Algumas Considerações

Os destinos turísticos não existem per si a espera de serem explorados e consumidos. São uma construção de uma certa combinação de relações sócio-económicas nem determinado espaço e tempo. Neste contexto, o turismo Sol e Mar produzido tanto no litoral do Nordeste Brasileiro como na Ilha do Sal, em Cabo Verde, é explorado e consumido, tendo como destaque o clima e a beleza cénica do lugar.

Quando um destino turístico é a sua principal atracção e práticas turísticas são desenvolvidas pondo em evidência diferentes percepções culturais, surge em geral, a marginalização das comunidades locais. A criação de paisagens turísticas (físicas e culturais) representam os valores do turista e não os interesses das economias locais tradicionais e os seus valores sócio-culturais. O turismo Sol e Mar cria portanto uma fragmentação do espaço por estar organizado para atrair o turista e não parece estar focado na melhoria da qualidade de vida da população residente.

Esta opção pela interpretação do turismo exclusivamente como uma indústria tem conduzido a um incremento de atitudes muito predadoras dos recursos naturais cujas consequências a médio e longo prazo são devastadoras. Depois de um crescimento rápido, os destinos que optam por este conceito, vêm-se abandonados e trocados por outros territórios ainda virgens para onde se deslocam investidores e turistas.

Seria de esperar que quem faz do clima a sua principal matéria-prima, valorizasse o recurso e procurasse mitigar os estímulos que podem desencadear resultados indesejáveis.

Ao atribuir um preço ao clima e entendendo-o como um bem escasso, a actividade turística estará disponível a tomar decisões de investimento que gerem o menor número de impactes negativos possível e que garantam de uma maior longevidade e solidez das ações e empreendimentos turísticos desenvolvidos num dado território.

Esta mudança de paradigma ao incorporar o reconhecimento do clima e da paisagem como um bem escasso tem implícita uma atitude de respeito e de reconhecimento tanto do suporte biogeofísico como da sociedade. E, esta

diversificação da oferta acaba por tornar a atividade menos vulnerável mesmo às mudanças climáticas globais.

Bibliografia

Agnew, M.D. and Palutikof, J.P., 2001: Impacts of climate on the demand for tourism. In *Proceedings of the First International Workshop on Climate, Tourism and Recreation*. A.Matzarakis and C. R. de Freitas (eds). International Society of Biometeorology, Commission on Climate Tourism and Recreation, Porto Carras, Halkidiki, Greece, December 2001, WP4, 1-10.

Coriolano, L.N.; Lima, L.C., 2000: Global / Local Logic in the Brazilian Tourism. *Sustainable Tourism*. Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional. Série Estudos 3, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Davis, N.E., 1968: An optimum weather index. *Weather*, 23, 305-317.

Ferreira, A. M., 1998: O Produto Sol e Praia face ao novo Paradigma Turístico. In; *Turismo: Horizontes Alternativos*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 213-219.

Freitas, C.R. 1990: Recreation climate assessment. *International Journal of Climatology*, 10, 89-103.

Freitas, C.R., 2003: Tourism climatology: evaluating environmental information for decision making and business planning in recreation and tourism sector, *Int.J.Biometeorology*, 48, 45-54.

Harvey, D., 1989: *The Condition of Post modernity*. Oxford: Blacwell.

Lise, W., Tol, R.S.J., 2000: Impact of Climate on Tourism Demand, *Climate Change*, 55, 4, 429-449.

Masterton, J.M. and McNichol, D.W., 1981: A Recreation Climatology of the National Capital Region. Atmospheric Environment Service, Canada, Dept of the Environment, *Climatological Studies* No.34, 120 pp.

Mieczkowski, Z., 1985: The tourism climatic index: a method of evaluating world climates for tourism. *Canadian Geographer*, 29(3), 220-233.

Perry, A.H., 1997: Recreation and tourism, *Applied Climatology: Principles and Practice*. R.D. Thompson and Allen Perry (eds), Routledge, London, 240-248.

Palutikof J.P. (ed.), 1999: Weather Impacts on Natural Social and Economic Systems (WISE). *Final Report of work undertaken for the European Commission Directorate-General Research under contract ENV4-CT97-0448*, 1 November 1997 – 31 October 1999, 560 pp.

Saarinem, J., 2000: Transformations of tourist destinations: Lapland and Sami culture in the discourses of Tourism. *Sustainable Tourism*. Centro de Estudos

de Geografia e Planejamento Regional. Série Estudos 3, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Quadro, M.F.L. et al., 1996: Climatologia de Precipitação e Temperatura. *Climanálise: Boletim de Monitoramento e Análise Climática*. Cachoeira Paulista: Edição comemorativa de 10 anos. CPTEC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.